

Luís Carlos Amaral¹

O povoamento da terra bracarense durante o século X²

R E S U M O

A partir das últimas décadas do século IX, com a instalação dos condes galaico-asturianos nas terras situadas entre o Minho e o Mondego, o processo de reorganização territorial conheceu um forte impulso. Este movimento acelerou a integração da região no conjunto da monarquia asturo-leonesa, e contribuiu para um apreciável desenvolvimento humano e material da sociedade do Noroeste hispânico. O aumento gradual do número de documentos escritos, ilustra de forma clara a multiplicação dos lugares povoados e dá testemunho bastante do dinamismo social do espaço bracarense. Deste modo, procurámos com o presente estudo caracterizar e explicar as grandes linhas que pautaram esse processo, ao longo do decisivo século X.

Introdução

Desde os finais da década de sessenta do século IX, o território a sul do rio Minho converteu-se em cenário de uma profunda reorganização tutelada pelos representantes da monarquia asturiana. Os escassos diplomas que sobreviveram deste período noticiam a instalação dos condes e de outros senhores, e dão-nos conta, muito especialmente, do dinamismo socioeconómico que se vivia em certas zonas do Entre-Douro-e-Minho. Em vários casos os factos relatados pelos documentos permitem-nos entrever, com alguma segurança, realidades que já se vinham a desenvolver antes mesmo da chegada das autoridades nortenhas. Estes elementos, no entanto, são limitadíssimos e fragmentários e não autorizam estabelecer com exactidão um quadro geral³. De qualquer maneira, é indiscutível que a instalação dos condes galaico-asturianos constituiu um momento de viragem e de aceleração do processo de reordenamento territorial, mesmo considerando que a historiografia tem propensão para valorizar muito esta fase, em larga medida fruto da inexistência de fontes documentais significativas para o período imediatamente anterior. As cartas da época de Afonso III das Astúrias (866-911) surgem-nos, assim, como os primeiros testemunhos fidedignos que nos permitem aproximar, se bem que de forma cautelosa e limitada, da sociedade e do espaço

¹ Universidade do Porto, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras. Investigador do CITCEM. E-mail: lcamaral@letras.up.pt

² Inscrevendo-se numa investigação mais alargada, que desenvolvemos aquando da preparação da nossa dissertação de doutoramento, defendida em 2008 (AMARAL, 2007), o presente estudo foi inicialmente apresentado no Congresso Internacional *Rudesindus. San Rosendo. O seu tempo e o seu legado*, celebrado em Mondonhedo, Santo Tirso e Celanova, entre 27 e 30 de Junho de 2007. Apesar do texto definitivo ter sido entregue para publicação em português, surgiu nas respectivas actas em versão castelhana, sem que o autor fosse previamente informado desse facto (AMARAL, 2009). Deste modo, não houve qualquer hipótese de revisão, nem de evitar diversos erros e equívocos resultantes da tradução. Por esta razão, entendemos editar de novo o trabalho, agora na sua redacção original em português, e depois de termos procedido a algumas pequenas correções. Finalmente, refira-se que a leitura deste artigo deverá ser complementada com a de um outro, também da nossa autoria, intitulado “Poblamiento y organización eclesiástica del territorio bracarense (Finales del siglo IX-Primer cuarto del siglo XI)” (AMARAL, 2008).

³ Igualmente consciente destas limitações, o historiador galego Ermelindo Portela tem vindo a desenvolver investigações, cujos resultados se aproximam inteiramente da nossa interpretação. Consulte-se, em particular, o seu estudo, PORTELA, 1994: 79-95, no qual escreveu, a propósito de um diploma de 889 da região de Ourense: “La restauración de una iglesia en medio de tanto bosque hace pensar, a primera vista, que nos hallamos, por fin, ante un testimonio de la repoblación. La lectura completa del documento obliga, sin embargo, a pensar con más cautela. La dotación de bienes incluye una larga serie de objetos y libros litúrgicos, pero también una larga relación de cosas necesarias para el sostenimiento de la vida material (...); no hay ninguna indicación acerca de que este conjunto de elementos propios de la ocupación y explotación del espacio sean el resultado de una instalación reciente” (p.91). Mais adiante, acerca de uma outra escritura, concluiu: “Una vez más, ahora en el extremo sur de Galicia, la referencia, en los primeros testimonios documentales de que podemos disponer, a un largo pasado de ocupación humana” (p.92).

minhotos dos finais do século IX. Como o futuro se encarregou de demonstrar abundantemente, tratou-se de um processo efectivo de *organização social do espaço*, que, nas palavras de García de Cortázar, se caracterizou por ser “um combinado de control estratégico, instalación humana y aprovechamiento del territorio”⁴.

Antes ainda de passarmos ao tema principal que nos propusemos abordar, gostaríamos de esclarecer alguns problemas terminológicos e de metodologia. Se perguntarmos a qualquer medievalista peninsular, estudioso do período asturo-leonês, qual é o vocábulo que melhor define o povoamento do espaço cristão nesta época, estamos certos de que a resposta será unânime e dada sem hesitação: a *villa*. A omnipresença documental da *villa* como elemento determinante na descrição da paisagem e no enquadramento do património fundiário, constitui uma realidade desde há muito conhecida pelos investigadores e desde há muito, também, sublinhada pelo discurso historiográfico⁵. Trata-se de uma estrutura amplamente discutida e estudada, pelo que, hoje em dia, muitos dos problemas e debates por ela suscitados começam a estar superados. De acordo com Carlos de Ayala Martínez, esses debates desenvolveram-se em torno de três temas principais: a presumível ou suposta continuidade das *villae* romanas, especialmente nas regiões da Península mais influenciadas pela romanização; o problema do desajustamento e da não aplicabilidade dos modelos clássicos de descrição e interpretação do regime domínial do Norte da França à realidade peninsular; e, finalmente, a longa e discutida questão da polissemia da palavra *villa*, sobretudo quando se pretende definir os critérios que permitem distinguir as *villae* que eram simples explorações agrícolas, daquelas que já se tinham constituído em embrionárias aldeias⁶. Em relação às duas primeiras questões, mesmo não dispondo ainda de respostas conclusivas, nomeadamente do ponto de vista teórico, a verdade é que a historiografia peninsular mais recente já não se sente tão obrigada a tomá-las como pontos de partida incontornáveis para o estudo dos seus objectos de âmbito local e regional⁷. O mesmo já não se pode dizer no que respeita ao terceiro problema.

Em torno da distinção documental e arqueológica entre a *villal* exploração agrícola e a *villal* aldeia continua a desenvolver-se muita da investigação actual⁸. Ninguém duvida que no século XI, em particular na sua segunda metade, e na região de Entre-Douro-e-Minho, a *villal* aldeia, melhor dizendo, a aplicação do termo *villa* nos documentos com o sentido quase exclusivo de aldeia, constitui uma realidade indesmentível⁹. Porém, quando tentamos estabelecer com rigor o início desta estrutura de povoamento, ou seja, determinar as coordenadas espaciais e cronológicas que lhe dão pleno sentido, bem como as suas principais causas, as dificuldades avolumam-se consideravelmente. Antes de mais, devido ao escassíssimo número de diplomas dos finais do século IX e do X que chegaram até nós¹⁰ e, em segundo lugar, mercê do carácter extraordinariamente vago da palavra *villa*, tal como aparece na documentação

⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1991: 18. O estudo da organização social do espaço leonês e castelhana durante a Alta Idade Média tem ocupado o essencial da produção historiográfica deste investigador, destacando-se, no conjunto da sua já muito vasta obra, os livros, GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985a, e GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988.

⁵ Como se pode calcular, a bibliografia sobre as *villae* é vastíssima, pelo que nos limitaremos a indicar os estudos que nos foram de maior utilidade e que reputamos de grande rigor e profundidade. Apesar de totalmente ultrapassado enquanto tentativa de interpretação global do processo de repovoamento do Norte de Portugal, deve sempre consultar-se o clássico estudo de SAMPAIO, 1979, nomeadamente pela lucidez e inteligência com que o autor abordou os documentos. Além deste, vejam-se, também, SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1966: 215-252, GARCÍA DE CORTÁZAR, 1969: 84-86, GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985b: 60-71, GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988: 7-46, PALLARES-MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1975: 99-110, MOXÓ, 1979: 27-33, 50-54, ALARCÃO, 1980: 171-179, LÓPEZ ALSINA, 1988: 197-207, MATTOSO, 1992: 454, 460-462, 499-500, BALIÑAS PÉREZ, 1992: 195-230, AYALA MARTÍNEZ, 1994: 149-188, PEÑA BOCOS, 1995: 125-146, e LÓPEZ QUIROGA; RODRÍGUEZ LOVELLE, 1997: 687-748.

⁶ AYALA MARTÍNEZ, 1994: 149-151.

⁷ Tome-se, como exemplo, o estudo de PEÑA BOCOS, 1995: 125-146.

⁸ A este propósito, veja-se a interessante proposta de *classificação tipológica* das *villae*, avançada por AYALA MARTÍNEZ, 1994: 185-188.

⁹ De facto, parece hoje claro que também no território português de Entre-Douro-e-Minho, a partir do século X, as aldeias se transformaram gradualmente no modelo preferencial de organização do *habitat* rural. Segundo José Mattoso, “sabemos que a antiga grande exploração rural, polarizada em torno de um centro, onde se concentravam os serviços orientadores da produção, onde vivia o grande proprietário e os seus dependentes, que asseguravam os transportes, assim como as actividades transformadoras e os trabalhos domésticos, evoluiu frequentemente no sentido de se atenuarem os vínculos entre esse centro e o respectivo território e de ele se tornar o núcleo de um *habitat* proto-urbano. Dito por outras palavras, o centro da *villa* vem a tornar-se numa aldeia. (...) Em suma, a concentração habitacional em aldeias parece ter-se tornado o modelo mais frequente do *habitat* rural, como propõe García de Cortázar” (MATTOSO, 1992: 462). Para Robert Durand, “si (...) on lève les yeux des textes portugais pour les porter sur l’ensemble de l’Occident, on se débarrassera définitivement de toute impression de *finisterrae*. En effet, la situation portugaise n’a rien d’insolite à cette époque. Le Xe siècle y apparaît bien comme un moment de rupture dans l’habitat rural, avec un début de regroupement, accompagnant la prise de conscience d’intérêts communautaires. Cela rejoint l’évolution largement constatée dans le reste de l’Europe (...)” (DURAND, 1982: 125-126). Sobre esta problemática, veja-se a síntese de GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988: 7-46.

¹⁰ Dispomos apenas de quatro diplomas para o período que vai de cerca de 873 a 900, e de 45 para todo o século X (901-1000).

desse período. Não significa isto que, ao longo do século XI, o vocábulo *villa* tenha passado a ser utilizado com maior precisão. Na realidade, permanece com um sentido genérico. As escrituras desta época, contudo, revelam uma muito maior variedade de termos, como herdade, casal¹¹, vilar, leira, etc., que não sendo inteiramente novos, conhecem então uma assinalável divulgação nos formulários documentais, possibilitando, quando os confrontamos com a *villa*, precisar melhor a realidade económica e espacial desta última¹².

Apesar da ambiguidade da palavra *villa* cercear muito a acção do investigador no momento em que procura estabelecer a(s) realidade(s) material(ais) que o vocábulo documental traduz, deveremos ter presente que ele encerra no seu interior uma forma precisa de conceber o ordenamento do território. Neste sentido, parece claro que o nível de “ruralización al que llega la sociedad de la Galicia noroccidental de la Alta Edad Media propicia que se generalice entre los contemporáneos la falsa idea de una organización social del espacio básicamente uniforme a lo largo de todo el territorio” e, por isso mesmo, não será de estranhar que “los clérigos que redactan los documentos recurren monótonamente a un mismo y único término — *villa* —, para referirse a lo que los contemporáneos visualizaban como la célula espacial de habitación básica, el escenario en el que los hombres se enfrentaban con la naturaleza para producir el principal tipo de riqueza entonces conocido: los bienes derivados del trabajo de la tierra. Sólo una categoría conceptual abstracta, como la que se oculta bajo el término *villa*, podría haber sido insistentemente aplicada a realidades tan diversas y dispares desde tantos puntos de vista”¹³.

Esta citação de Fernando López Alsina sintetiza, em nosso entender, a razão principal que explica a multiplicidade de situações que se ocultam por detrás da palavra *villa* e, além disso, define os parâmetros que reputamos mais apropriados para o desenvolvimento da nossa análise, atendendo a que o estudo aprofundado e respectiva *classificação* das *villae* referidas na documentação ultrapassa o âmbito do presente trabalho. Uma vez que nos interessa determinar com clareza os ritmos cronológicos e a distribuição espacial dos núcleos de povoamento na região bracarense, não poderemos esquecer nunca que a organização do território que transparece dos documentos reflecte, em primeiro lugar, a visão daqueles que maioritariamente a traduziram por escrito: os clérigos.

Tendo em conta o nosso objectivo e as limitações das fontes, optámos por dividir as células não eclesiásticas de povoamento em duas categorias únicas, as *villae* e os lugares, cientes de que cada um dos grupos encerra uma enorme variedade de casos. Embora questionável e demasiadamente genérica, esta repartição teve como finalidade valorizar sobretudo o carácter de sítios povoados dos topónimos recolhidos, isto é, de sítios onde viviam efectivamente pessoas. Aparentemente simples, este critério levantou diversas vezes sérios problemas de interpretação, quer porque há topónimos aos quais não vem associado qualquer outro elemento identificativo, quer porque muitos vocábulos parecem designar apenas uma terra explorada e não propriamente um local habitado. Nesta última hipótese considerámos somente os casos em que o contexto do documento autoriza uma interpretação no sentido de lugar povoado, ou ainda quando através de referências documentais posteriores, mais explícitas do que a primeira, pudemos concluir que determinado topónimo corresponde, desde o mais antigo testemunho escrito, a um sítio habitado¹⁴.

O povoamento da terra bracarense

Sabemos hoje que o longo reinado de Afonso III representou para a monarquia asturiana um momento decisivo na afirmação da autoridade régia, que teve paralelo em um igualmente importante desenvolvimento da base económica. Tratou-se de um verdadeiro crescimento, que provavelmente já começara antes, mas que só nas derradeiras décadas do século IX e primeiras do seguinte atingiu uma apreciável solidez económica, revelada através de um crescente número de diplomas¹⁵. É precisamente desta época que chegaram até nós os primeiros testemunhos directos sobre o povoamento da região bracarense.

¹¹ Acerca da formação, evolução e expansão desta decisiva unidade de ordenamento do território e da sociedade do Noroeste peninsular, consulte-se o recente e excelente estudo de MARQUES, 2008.

¹² Bastará consultarmos um cartulário como o *Liber Fidei* (LF), para nos apercebermos da multiplicação dos vocábulos referidos e de outros relativos à caracterização da propriedade fundiária.

¹³ LÓPEZ ALSINA, 1988: 197.

¹⁴ Foram estas as principais coordenadas que presidiram à elaboração do quadro e dos mapas de povoamento.

¹⁵ Um clima geral de desenvolvimento e expansão transparece dos estudos apresentados ao congresso sobre *La Época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós*, reunido em Oviedo, em 1993, e cujas actas foram publicadas no ano seguinte. As questões económicas e sociais foram tratadas por José Ángel García de Cortázar, que apresentou uma comunicação intitulada, “Crecimiento económico y síntomas de

Poucos anos volvidos sobre a presúria de Portucale (868), talvez cerca de 873, *Flomarico* e *Scelemondo* e respectivas mulheres procederam à doação da igreja de S. Miguel, que haviam edificado “*in villa negrelus territorio bracharensis ubiherum portugalensis secum sancte marie subtus mons cauallus prope riuulum haue*”. Ao mesmo tempo que estabeleceram o dote que possibilitaria a manutenção futura de todos os “*presbiteros et fratres (...) que in uita monastica perseuerauerint*”, os dois casais aproveitaram a escritura para sublinharem a legalidade e a legitimidade que lhes assistiam na posse da *villa*: “*edificauimus istius domum in nostra villa que presimus cum cornam et abende Adefonsus principem et comite lucidii vimarani*”¹⁶. Deixando a área de Guimarães e aproximando-nos da cidade de Braga, vejamos mais dois exemplos. No dia 28 de Junho do ano de 900, o *notário* Atanagildo redigiu uma carta de compra e venda através da qual Vidisclou vendeu a Astramundo e a *Agnitrudie* a *portione* que detinha na “*villa que dicent Vicscli, qui iacet ad radice de Sancta Marta qui dividet cum villa Eigani et villa Nugaria territorio Bracarensi*”, e que equivalia à oitava parte da totalidade da *villa*. Da parcela vendida, que incluía o “*pomicelum medium qui iacet inter ambas aquas et cellario*”, deveria excluir-se parte de um pomar e de uma vinha. Por tudo isto, os compradores pagaram um “*cauallo dosno de IIIor. solidos gallicanos et Ilos. solidos in alio precio, sub uno Vtes. solidos gallicanos*”¹⁷. Quatro anos depois, mais exactamente a 3 de Junho de 904, *Domminus* e sua mulher doaram ao presbítero Andiário metade de uma vinha “*cum omne suo terreno vel clausura*”, situada “*in villa Nugaria inter Desideria Lamazales subtus monte Spino, iuxta riuulum Alister*”¹⁸.

Três casos que relatam outras tantas situações distintas. Teríamos grande dificuldade a partir destes testemunhos, que esgotam praticamente o conjunto de diplomas particulares da época de Afonso III relativos à região bracarense, em vislumbrar um Entre-Douro-e-Minho espartilhado pelas *villae* sobreviventes da romanização, como pretendia Alberto Sampaio¹⁹. Seja como for, e apesar da relativa dispersão dos exemplos considerados, há vários traços comuns que convirá sublinhar. Em primeiro lugar, nas três cartas o enquadramento fundiário, ou seja, a referência patrimonial mais importante é constituída por uma *villa*: a igreja de S. Miguel tinha sido construída na *villa* de Negrelos; a *portione* vendida por Vidisclou foi determinada em função da globalidade da *villa que dicent Vicscli*; e a metade da vinha doada por *Domminus* e sua mulher foi identificada como sendo parte integrante da *villa* de Nogueira. Em segundo lugar, os vários *notários* recorreram ao mesmo tipo de formulário para descreverem a localização das *villae*. No primeiro exemplo serviram-se de coordenadas eminentemente geográficas, a saber, o relevo (“*(...) secum sancte marie subtus mons cauallus (...)*”) e a rede hidrográfica (“*(...) prope riuulum haue*”). Nos outros dois acrescentaram a estas o registo de diversos lugares habitados que lindavam com os bens em causa. Mas o relevo e os rios mencionados não se esgotam como simples acidentes geográficos. Com efeito, tanto no caso do *mons cauallus* como no de *Sancta Marta* e no do *monte Spino* estamos perante designações que se referem

transformación en las estructuras de la sociedad y del hábitat en el reino de Alfonso III de Asturias” (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1994: 27-53). Como o autor reconhece logo no início, o próprio título do seu trabalho “constituye una conclusión” (p.27).

¹⁶ PMH, DC, doc. V: 3-4. A *villa negrelus*, situada no território de Braga da cidade Portucaleense, converteu-se na antiga freguesia de S. Miguel do Paraíso, primeiramente chamada de Negrelos e do Inferno, extinta e incorporada na freguesia de S. Jorge de Selho, do moderno concelho de Guimarães. Permanece hoje como paróquia eclesiástica.

¹⁷ LF, tomo I, doc. 174: 206. A *villa que dicent Vicscli* ficava situada no concelho de Braga, nas proximidades ou mesmo no interior (pelo menos em parte) da actual freguesia de S. João Baptista de Nogueira. Para Ermelindo Portela, corroborando uma opinião anteriormente expressa por Amancio Isla Frez, os *solidos gallicanos* constituem um “testimonio de la pervivencia, en el noroeste peninsular, del sistema monetario hispanogodo” (PORTELA, 1994: 92). Um vestígio mais que sugere a continuidade da ocupação humana neste território.

¹⁸ LF, tomo I, doc. 175: 207. A *villa Nugaria* converteu-se na actual freguesia de S. João Baptista de Nogueira, do concelho de Braga.

¹⁹ Ao escrever sobre o povoamento do território português na época romana, Alberto Sampaio afirmou o seguinte: “Retalhados os territórios das cidades, o quadro que se nos apresenta, delinea-se nos traços mais simples. Uma capital — *urbs* ou *civitas*, domina a região coberta de vilas (...). Estendendo-se contíguas, como as densas malhas de uma rede, as vilas foram um dos principais pontos de apoio da romanização (...). Se abstrairmos pois das numerosas povoações urbanas da actualidade, e olhando só para as freguesias rurais, as imaginarmos prédios rústicos que eram então, representar-nos-emos com bastante fidelidade o aspecto geral da distribuição agrária no domínio romano e visigótico” (SAMPAIO, 1979: 111-112). Em face deste cenário, não hesitou em concluir que, durante a fase inicial da Reconquista, “qualquer que fosse (...) a falta de governo, a confusão era superficial; o fundo sobre o qual assentava a neo-sociedade era antigo: a parte superior do edifício arruinara-se, mas as fundações resistiam, ligadas pelo forte cimento romano” (SAMPAIO, 1979: 122), e, por isso, “quando veio o governo asturiano, a coroa, fazendo a presúria dos prédios rústicos, estabeleceu logo, como regra, a conservação do regime existente; este só por excepção e violência foi alterado — política sensata, em virtude da qual continuou ininterrompida a produção agrícola e o desenvolvimento da população, não obstante a confusão dos tempos” (SAMPAIO, 1979: 128). Todo o vigor da tese contrária ao ermamento ressalta destas palavras, que, tal como este, é hoje indefensável num dos seus pontos centrais: a quase total permanência das estruturas populacionais. Acrescente-se, aliás, que a própria imagem de um Entre-Douro-e-Minho retalhado num sem-número de *villae* durante o período romano, está completamente posta de lado na actualidade. De acordo com Jorge Alarcão são raríssimos os vestígios de *villae* romanas na região minhota (ALARCÃO, 1980: em particular 174-177).

a montes, mas que representam, sobretudo, locais fortificados situados em proeminentes elevações²⁰. E é muito provável que a expressão *secum sancte marie* aluda igualmente a uma antiga fortificação implantada no cabeço denominado monte da Senhora, na área da extinta freguesia de S. Miguel do Paraíso, do concelho de Guimarães. Quanto aos dois rios citados, o Ave e o Este, sempre constituíram duas vias de comunicação no território bracarense.

Em terceiro lugar, deveremos assinalar que a impressão geral que se colhe dos documentos é a de um mundo que parece respirar uma economia de paz²¹. Em paralelo com as referências directas a um cenário militarizado — menção de locais fortificados e de solene presúria *cum cornam et albende Adefonsus principem* — emergem dos diplomas citados, sem excepção, realidades socioeconómicas que pressupõem uma estabilidade e um nível de organização razoáveis. Só assim se compreende a disponibilidade e o empenho colocados na construção da igreja de S. Miguel, a progressiva fragmentação das *villae Viciscli* e de Nogueira, e também a necessidade de utilizar nos documentos vocábulos que permitissem caracterizar e individualizar, com rigor, terrenos com dedicações agrícolas especializadas, como vinhas e pomares. De qualquer maneira, não deveremos esquecer que as escrituras deste período, ao descreverem o processo de colonização rural em curso, desenvolveram formulários e uma terminologia uniformizadores, acabando por assemelhar, documentalmente, realidades bem diversas entre si. Recordemos, por último, que a própria existência destes diplomas é, em si mesma, um sintoma de estabilidade e de ordenamento territorial que não se limita ao plano agrário. De facto, só uma sociedade em vias de organização pode aspirar a vincular os seus membros, de forma duradoura, a um quadro jurídico gradualmente inteligível e aceite por um número crescente de pessoas.

O que acabámos de expor dificilmente poderia encontrar melhor tradução documental do que aquela que nos proporciona a composição realizada entre os bispos D. Nausto de Coimbra²² e D. Sesnando de Iria, sobre a posse da igreja e *villa* de Sta. Eulália de Águas Santas. Trata-se do famoso documento XIII dos *Diplomata et Chartae*²³, que desde Alberto Sampaio²⁴ e Gama Barros²⁵ até Sánchez-Albornoz²⁶ e, mais próximo de nós, Carlos Alberto Ferreira de Almeida²⁷, tem sido objecto de significativas análises. Este último investigador, sem dúvida aquele que mais lucidamente comentou o diploma, para além de ter sido o primeiro a identificar correctamente a *villa* de Sta. Eulália de Águas Santas com a actual freguesia de Sta. Eulália de Rio Covo, do concelho de Barcelos, não hesitou mesmo em considerá-lo como “o melhor e mais minucioso documento para o estudo da ocupação da terra e seu parcelamento do Noroeste português, nos inícios do século X”²⁸.

Mas comecemos pelo princípio. Nos inícios do ano de 906, mais propriamente a 11 de Janeiro, os citados prelados chegam finalmente a um consenso sobre a divisão da igreja e *villa* de Sta. Eulália de Águas Santas. A questão que os opunha acerca da partilha de tão importante património, levava já representantes seus a reunirem-se em Oviedo e em Santiago de Compostela. Uma vez alcançado o acordo, foi este passado a escrito sob a forma de uma composição, na qual ficaram registados e descritos com bastante pormenor, os bens que couberam a cada uma das partes²⁹. O bispo de Iria D. Sesnando e os seus homens ficaram com uma várzea, 18 campos de vários

²⁰ O *mons cauallus* era uma antiga fortificação situada na elevação de Nossa Senhora do Monte, na freguesia de S. Martinho de Conde, do concelho de Guimarães. De acordo com o Abade de Tagilde, este topónimo designava também a cadeia de montes que se estende desde o Ave (paróquia de S. Miguel do Paraíso) até ao Vizela (freguesia de S. Paio de Moreira de Cónegos) (VMH, doc. I: 2, nota 1). *Sancta Maria* era um antigo local fortificado localizado num cabeço do monte da Falperra, na freguesia de S. João Baptista de Nogueira, do concelho de Braga. Nesta mesma freguesia situava-se, igualmente, a vetusta fortificação denominada *monte Spino*.

²¹ Veja-se GARCÍA DE CORTÁZAR, 1994: 53.

²² Acerca deste prelado consulte-se SOARES, 1941a: 144-148, PIEL, 1947: 558-560, e BARROCA, 2000: 17-22.

²³ PMH, DC, doc. XIII: 8-9. Uma outra versão deste documento, desdobrada em três diplomas distintos, encontra-se no LP, vol. II, docs. 354, 355 e 356: 261-265.

²⁴ SAMPAIO, 1979: 39, 70, 71, 74, 75, 123, etc..

²⁵ BARROS, 1954: 294.

²⁶ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1966: 222, nota 31, 242-245.

²⁷ ALMEIDA, 1966: 635-642, e ALMEIDA, 1970: 97-107.

²⁸ ALMEIDA, 1970: 98.

²⁹ A parte introdutória do diploma esclarece-nos sobre a forma como os dois prelados se apoderaram da *villa* de Sta. Eulália: tratou-se verdadeiramente de um acto de presúria levado a cabo por *homines* dos dois bispos. Não será difícil de adivinhar, portanto, que a contenda deve ter nascido de desentendimentos gerados entre os ditos *homines*, aquando da divisão dos prédios: “*Non est enim dubium sed plerisque cognitum eo quod orta fuit contentio inter partem domni nausti colimbriensis sedis episcopi et domni sisanandi hiriensis sedis episcopi pro ecclesia et uilla uocabulo sancta eulalia que scita est in silua scura in territorio brakalensis sedis ubi dicent aquas sanctas quotprehenderunt homines domni nausti episcopi. id est. minizus cum suis filios et sua kasata. et de parte domni sisanandi episcopi adulfus abba. et pro id coniuncti fuimus in oueto et postea in sancto iacobo ad archis. conuenit inter eos bone pacis uoluntas ut roborarent placitum de parte domni nausti episcopi. ad uicem persone eius domnus fraurengus episcopus. et ad uicem persone domni sisanandi episcopi uiliulfus presbiter ut coniungerent se in ipsa uilla*

tamanhos, dois pomares, uma vinha, dois casais e meio, três linhares e metade dos moinhos existentes, tudo localizado na área ocidental da *villa*, confinante com as actuais freguesias de S. Paio de Midões, Sta. Marinha de Remelhe, S. Martinho das Carvalhas e S. João Baptista de Silveiros. D. Nausto, bispo de Coimbra, e os seus homens obtiveram uma várzea, 24 campos de dimensões diversas, um pomar, meio casal, meio linhar e a outra metade dos moinhos. Situados maioritariamente no lado nascente da *villa*, os bens deste prelado estavam limitados pela *karraria antiqua* e pelas extremas das actuais paróquias de Sta. Maria de Moure, S. Romão de Fonte Coberta e S. João Baptista de Silveiros. Todos os campos e demais prédios estavam rodeados e entrecortados pelos indispensáveis espaços reservados ao bosque. A zona onde se implantava a *villa* chamava-se, significativamente, Silva Escura, ou seja, floresta cerrada: “(...) *eclesia et uilla uocabulo sancta eulalia que scita est in silua scura in territorio brakalensis sedis ubi dicent aquas sanctas (...)*”. E entre as propriedades divididas figuram diversos soutos: “*de terras et salto (...)*”; “*saltos de kasa placidii (...)*”; “(...) *agra de assaiola cum suo saltu (...)*”; etc.³⁰.

Um dos aspectos mais assinaláveis do diploma reside no elevado número de parcelas agrícolas e outros prédios que regista. Este cenário de grande divisão fundiária resulta ainda mais vincado se tivermos em conta que os bens dos dois prelados, apesar de constituírem a maior parte, não esgotavam o património existente no perímetro da *villa*. Diversas propriedades aparecem referidas simplesmente porque lindavam com os bens em disputa³¹. Esta fragmentação, aliás, não deveria ser algo de muito recente, pois o diploma assinala, com alguma frequência, terras vedadas que sugerem claramente um tempo longo de ocupação³². Na fonte são mencionados também 25 habitantes/camponeses que, como é óbvio, não constituíam a totalidade dos moradores da *villa*. Alguns deles surgem apenas porque, como vimos, os seus bens confrontavam com os dos prelados. Sobre as terras destes camponeses parece mesmo não pesar qualquer tipo de dependência ou imposição, ou pelo menos o diploma não as regista, pelo que somos levados a concluir que poderá tratar-se de homens livres vivendo em propriedades alodiais.

Mas a minúcia de quem redigiu a escritura permite-nos também aclarar o tipo de povoamento da *villa* de Sta. Eulália. As frequentes referências do género “(...) *agro ubi ansemundus habitat (...)*”; “(...) *agrum qui est subtrus kasa gundesalui (...)*”; “(...) *agro ubi habitant filii sindi (...)*”³³, etc., induzem-nos a pensar que estamos perante um povoamento muito disseminado, onde as casas se misturavam com as lavras e os soutos, proporcionando essa aparente *confusão* tão distintiva da região do Entre-Douro-e-Minho e que, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, remontava já à baixa romanidade³⁴. Parece, portanto, que neste território o parcelamento da propriedade cresceu de braço dado com um povoamento disperso. Esta leitura, facilmente sustentável com os dados da fonte, não invalida, obviamente, a existência de alguns sítios onde o povoamento podia ser mais concentrado, formando já verdadeiras aldeias. É isto, pelo menos, o que nos sugere o contexto documental em que se inscrevem alguns dos lugares divididos entre os dois bispos, como *uillare spasandi* e outros³⁵. Ora, um território com este nível de organização e de ocupação humana, só se pode entender devidamente quando inserido num cenário de longa duração, tanto ou mais assinalável quanto o espaço desenhado pelo diploma, isto é, a área da *villa*, corresponde rigorosamente aos limites da actual freguesia de Sta. Eulália de Rio Covo³⁶.

A excepcionalidade da escritura que acabámos de analisar e o facto de não dispormos de mais nenhum diploma com estas características para este período, limitam seriamente as nossas hipóteses de generalização. Contudo, parece-nos difícil aceitar que num território tão semelhante nas suas coordenadas maiores como é o entre Lima e Ave, este caso constituísse uma singularidade. O mais provável é que a realidade social e económica da *villa* de Sta. Eulália fosse já

prenominata et facerent inter se colmellos diuisionis quomodo in placitum quod inferius est resonat sicut et fecerunt extra dextros ecclesie” (PMH, DC, doc. XIII: 8-9).

³⁰ PMH, DC, doc. XIII: 8-9. Como é sabido, o vocábulo *salvus* pode designar igualmente uma terra de pastagem. Porém, tal como verificou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA, 1970: 100), as condições geográficas do espaço de Sta. Eulália de Rio Covo e de algumas paróquias vizinhas propiciam uma ampla cobertura florestal, visível ainda hoje. Refira-se, também, que apesar de ter desaparecido o topónimo *silua scura*, os vestígios do antigo bosque subsistem, por exemplo, nos nomes das freguesias limítrofes de Carvalhas e Silveiros.

³¹ Entre outros exemplos: “*et inde per ribulo usque in foui. et inde per kasa tractemiri*”; “(...) *at karraria antiqua et inde usque in ccasa aruetani (...)*”; “*linare sub kasa sindi medio*” (PMH, DC, doc. XIII: 9).

³² Entre outros exemplos: “*kasale placidii per sua sepe integrum*”; “*agro astrulfi per ribolo usque per suas sepes in omnique circuito integro*”; “*et sepe de agro telleli usque in sepe de agro astrulfi medietatem*” (PMH, DC, doc. XIII: 9).

³³ PMH, DC, doc. XIII: 9.

³⁴ ALMEIDA, 1970: 103.

³⁵ Para além deste, talvez também *siccariolo* e *bustello* (e provavelmente outros ainda) constituíssem já aldeias. Qualquer um dos lugares citados foi dividido ao meio entre os dois prelados.

³⁶ Segundo a opinião de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “a «uilla» de Santa Eulália, com os seus limites de 906, (...) é precisa e exactamente a freguesia de Santa Eulália pelos seus limites actuais” (ALMEIDA, 1970: 99).

extensível a outras zonas da região minhota, mesmo que com intensidades diversas. A documentação posterior torna perfeitamente verosímil esta conjectura.

Advertimos mais acima sobre algumas das limitações que as fontes dos finais do século IX e da centúria seguinte apresentam. Deveremos agora alargar um pouco mais os nossos comentários, uma vez que passamos a analisar na globalidade os dados recolhidos. O primeiro e fundamental problema com que nos defrontamos é o de tentar avaliar a representatividade dos documentos de que dispomos. Por outras palavras, gostaríamos de saber qual a percentagem que significam no conjunto dos diplomas efectivamente produzidos, no período e espaço considerados. Trata-se de uma questão em relação à qual não temos sequer uma ideia aproximada. De facto, não conseguimos apurar, no estado actual dos nossos conhecimentos, qual o volume provável de documentos elaborados e, consequentemente, o número de desaparecidos. Por outro lado, recordemos que a esmagadora maioria das fontes preservadas chegou até nós através de cópias tardias, vulgarmente inseridas em cartulários dos séculos XII e XIII. Significa isto todo um processo de transmissão, ao longo do qual se cometeram, consciente ou inconscientemente, um número elevado de omissões, deturpações, interpolações, falsificações, etc.³⁷. E tenhamos ainda em conta que as fontes nem sempre *classificam* da mesma maneira um determinado núcleo de povoamento. Com alguma frequência, por exemplo, a designação de *villa* associada a um topónimo na sua primeira citação documental, pode desaparecer em diplomas posteriores e vice-versa, isto é, um topónimo sem qualquer outra adjectivação num primeiro momento, pode muito bem ser identificado como *villa* em fontes subsequentes. Por último, deve-se também mencionar o número considerável de alterações toponímicas provocadas pelo desenvolvimento do processo de organização territorial, ainda longe da sua cristalização definitiva. Parece-nos evidente que estas circunstâncias fragilizam todas as *classificações* e contagens a que procedemos.

Um cenário com esta configuração exige muitas precauções, nomeadamente no que respeita aos números brutos de topónimos recolhidos e à sua tradução cartográfica. Neste último caso, em concreto, deveremos ter presente que o simples aumento de pontos num mapa, revelando por vezes acentuadas diferenças de região para região ou de época para época, pode resultar, unicamente, de um volume maior de fontes disponíveis e/ou da existência de um documento excepcional, e não propriamente de um efectivo crescimento da realidade considerada. Essencialmente pelas razões expostas, decidimos utilizar grelhas cronológicas distintas na elaboração do quadro e dos mapas, a fim de podermos dispor de níveis diversos de leitura e, em simultâneo, reduzir as eventuais distorções provocadas pelas limitações das fontes. Neste sentido, os resultados numéricos e cartográficos a que chegámos, além de provisórios e, portanto, passíveis de correcções futuras, deverão ser entendidos apenas como indicadores qualitativos, como ordens de grandeza. Estamos numa área onde o contributo da arqueologia se revela cada vez mais necessário e indispensável.

	<i>Villae</i>	%	Lugares	%	Totais	%
c. 873 - 900	8	7	12	9,6	20	8,4
901 - 925	13	11,4	22	17,6	35	14,6
926 - 950	19	16,6	42	33,6	61	25,5
951 - 975	49	43	24	19,2	73	30,5
976 - 1000	10	8,8	9	7,2	19	8
1001 - 1025	15	13,2	16	12,8	31	13
Totais	114	100	125	100	239	100

Núcleos de povoamento da Diocese de Braga (c. 873 – 1025)

Uma primeira análise do quadro permite-nos estabelecer algumas das principais coordenadas do desenvolvimento do povoamento na região bracarense. Parece claro, antes de mais, um crescimento gradual e contínuo do número de núcleos habitacionais, desde o último quartel do século IX até cerca de 975. Esta tendência, mais acentuada a partir de 925, tem como única excepção a redução para quase metade do total de lugares referenciados entre 951 e 975, em comparação com o período imediatamente anterior. Mas, neste caso, a explicação deve residir unicamente nas particularidades das fontes conservadas, uma vez que também nos parece algo suspeito o elevado número de *villae* assinaladas nessa mesma época, quer quando confrontado com o antecedente, quer na sua relação com o número

³⁷ Sobre os problemas enunciados, e apesar de centradas quase exclusivamente no caso galego, vejam-se as pertinentes observações de LÓPEZ ALSINA, 1988: 20-43, e de BALIÑAS PÉREZ, 1992: 24-29.

de lugares. Seja como for, a soma de *villae* e de lugares deste período representa um aumento apreciável em relação aos valores anteriores, reforçando o crescimento assinalado.

Antes de prosseguirmos, lembremos que a contabilização de um determinado topónimo num dos cortes cronológicos que estabelecemos, não significa que ele tenha sido fundado nesse lapso temporal, mas, simplesmente, que a primeira menção documental que se conhece pertence a esse período. Como se sabe, na esmagadora maioria dos casos os diplomas registam as *villae* e os outros lugares porque são objecto de transacções imobiliárias, ou porque servem para localizar e delimitar certos bens, e não para assinalar a sua fundação. Desta maneira, a primeira notícia escrita de um topónimo significa, regra geral, o contacto com uma realidade social e económica já instituída.

O crescimento que comprovámos, possibilita-nos delinear um paralelismo estreito entre a organização social do espaço e o estabelecimento e posterior afirmação da aristocracia condal portugalense³⁸. Na realidade, estamos perante dois sintomas de um único processo: a integração e reorganização do território de Entre-Douro-e-Minho no âmbito do reino asturo-leonês. Ambos nos falam de expansão. Porém, ao sublinhar o carácter inseparável e a forte complementaridade existente entre os dois factores, não podemos esquecer que a documentação de que dispomos permite-nos supor que o povoamento da região bracarense já estava em curso, quando os condes e os seus homens aqui se instalaram. Os diplomas deste período revelam-nos, preferencialmente, cenários humanos já estabelecidos e em desenvolvimento e não tanto situações criadas a partir desse momento³⁹. Esta conjectura, baseada para já apenas em limitados vestígios documentais, de modo algum diminui o papel determinante da nobreza condal no alargamento e aceleração do processo de povoamento, tornando-o mais efectivo e sistemático, ao mesmo tempo que dele retirava amplo benefício, tanto político como económico. Em suma, parece óbvio que a aristocracia portugalense consolidou o seu poder, em simultâneo com a expansão do povoamento na região a sul do rio Minho.

Observando de novo o quadro, verificamos uma acentuada quebra no número de topónimos aparecidos pela primeira vez no último quartel do século X. A percentagem de *villae* e de lugares novos obtida nesta fase, 8 %, consegue mesmo ficar atrás do valor alcançado no período inicial (c.873-900 = 8,4 %), cifrando-se como a mais baixa de toda a série considerada. Este aparente abrandamento do processo repovoador parece manter-se, se bem que de forma menos intensa, nas primeiras décadas do século XI. A primeira constatação a fazer tem a ver com as fontes disponíveis. A quantidade de cartas conservadas do período que vai de 976 a 1025 é superior, não apenas em termos absolutos mas também percentuais, à da época anterior⁴⁰. Já do ponto de vista qualitativo permanece idêntica a tipologia documental, pelo que a diminuição de informações sobre topónimos novos não pode ser imputada, neste caso, ao processo, tantas vezes arbitrário, da preservação de fontes. Temos, pois, de concluir, que o decréscimo de referências significa de facto um abrandamento nas iniciativas repovoadoras ou, pelo menos, no alargamento territorial da estrutura política e administrativa, grandemente responsável pela multiplicação de documentos.

Seja como for, qualquer um destes sintomas invoca uma conjuntura de crise. Ora, praticamente desde a morte de Ordonho III (951-956), que o reino de Leão mergulhou numa grave crise política, que só terminou verdadeiramente com a chegada ao poder de Fernando I, o *Magno*, em 1037(-1065). Tanto quanto sabemos hoje, a aristocracia condal portugalense participou activamente, e desde o início, no complicado xadrez da política leonesa, agravado constantemente pelas disputadas sucessões régias⁴¹.

Neste contexto, deveremos compreender a intervenção do conde Gonçalo Mendes de Portucale e de outros nobres galegos na eleição de Ordonho IV, o *Mau*, (958-960), ao mesmo tempo que outros magnates galegos e portugalenses, entre os quais o conde Paio Gonçalves, neto do conde Afonso Betote, apoiavam o seu rival, Sancho I (956-958 e 960-966), irmão do falecido rei Ordonho III⁴². Esta atitude do conde de Portucale levou mesmo Sancho I a invadir as suas terras e a subjugar-lo pelas armas, em 966⁴³. Os exemplos referidos ilustram bem o grau de envolvimento dos condes

³⁸ A propósito da implantação da aristocracia condal portugalense, consulte-se, entre vários outros estudos, a excelente síntese de MATTOSO, 1982: em especial 13-35, e ainda MATTOSO, 1981.

³⁹ Os casos particulares analisados ao longo do presente estudo constituem exemplos suficientes do que agora reafirmamos.

⁴⁰ Para a época que decorreu entre 976 e 1025 temos 38 documentos, enquanto dispomos apenas de 32 para o período anterior (c. 873-975). Ver nota 10.

⁴¹ Sobre a intervenção da aristocracia portugalense nas questões da política leonesa veja-se, entre outros estudos, os que citámos na nota 38, e também FERNANDES, 1973, e RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1987.

⁴² Acerca dos reinados e das violentas contendas que opuseram Sancho I e Ordonho IV, veja-se RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1987, e RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1995: 308-330.

⁴³ De acordo com Justiniano Rodríguez Fernández, baseado nos relatos cronísticos de Sampiro e do toledano D. Rodrigo Jiménez de Rada, "la presión militar y política (de Sancho I) hubo de tener su principal centro de operaciones en tierras orensanas y en la comarca de

portugalenses nas questões internas da política leonesa e explicam também como, a médio prazo, tais comportamentos se transformaram em causa prioritária da sua decadência. Resta acrescentar apenas, que o declínio do grupo condal foi acompanhado (e precipitado) pela ascensão de uma nova aristocracia local, na qual avultavam os infanções. Por último, assinala-se que a agitação política vivida nos vários espaços do reino de Leão foi ainda mais agravada com o incremento das investidas muçulmanas, particularmente desde que o celebrado Almançor, *hajib* do califa Hisham II de Córdoba (976-1009 e 1010-1013), chegou ao poder, em 978(-1002)⁴⁴.

As circunstâncias que acabámos de referir sublinham as convulsões políticas e militares que se faziam sentir no território de Entre-Douro-e-Minho e tornam compreensível que o clima não fosse muito propício ao desenvolvimento social e económico da região. Revelam-se, assim, credíveis os dados do quadro e verosímil a hipótese de um abrandamento das ações repovoadoras no último quartel do século X e primeiras décadas da centúria seguinte.

Do ponto de vista espacial, a observação atenta dos mapas 1 e 2 permite estabelecer os contornos fundamentais da distribuição dos núcleos de povoamento, ao longo da terra bracarense. Retenhamos, em primeiro lugar, o papel ordenador desempenhado pelos principais cursos de água. Mesmo sendo mais aparente do que real, a verdade é que os rios parecem compartimentar os locais habitados. De norte para sul, verificámos uma reduzida mancha de povoados em torno da “*uilla de ponte in ripa limie*” (Ponte do Lima)⁴⁵, que se dissipa em seguida até às margens do Neiva. A partir daqui, a malha do povoamento começa verdadeiramente a adensar e quanto mais nos aproximamos do Cávado e do Homem, sobretudo da sua área de confluência, mais evidente se torna a nossa leitura.

O espaço entre os rios Cávado e Este introduz-nos não apenas no coração da diocese bracarense, mas também num dos territórios mais densamente ocupados desde o início. Esta circunstância resulta, antes de mais, do facto de aí se localizar a velha cidade episcopal que, apesar de permanecer como Sé vacante, nem por isso deixava de manter parte do seu prestígio e da sua vetusta estrutura urbana. Recordemos que, cerca de 873, Afonso III reuniu em Braga uma cúria régia, na qual esteve presente o conde Vímara Peres, e ordenou a restauração e repovoamento da urbe, bem como a delimitação do seu termo⁴⁶. Outro aspecto importante a sublinhar nesta zona, reside no facto dos núcleos habitacionais se distribuírem com regularidade, tanto para este como sobretudo para oeste da cidade, ao longo da área delimitada pelos dois rios. Esta rede parece interromper-se já em pleno concelho de Barcelos, revelando-se circunscrita a sul por um conjunto de povoações que bordejam as duas margens do Este.

As malhas do povoamento voltam a alargar-se no espaço compreendido entre este último rio e o Ave, para se tornarem a cerrar quando penetramos no território de Entre-Ambas-as-Aves (entre o Ave e o Vizela). Nas cercanias de Guimarães multiplicam-se os sítios habitados, descobrindo uma região de elevada ocupação e organização social e económica, a que não é alheio, obviamente, o próprio burgo, sede política dos condos portugalenses desde a segunda metade do século X. Aqui fundou a condessa D^a. Mumadona Dias, cerca de 950, o famoso mosteiro de Guimarães⁴⁷, ao qual associou mais tarde o importante castelo de S. Mamede, que ela própria mandara construir para defesa do cenóbio⁴⁸. A sul do Vizela aumenta de novo a dispersão dos núcleos povoados e diminui o seu número. Esta tendência agrava-se quanto mais nos abeiramos da estrema da diocese, sendo evidente que uma interpretação mais aprofundada do ordenamento deste território, implica um maior e melhor conhecimento da organização do espaço limítrofe pertencente ao bispado portuense⁴⁹.

Braga, feudos adictos a san Rosendo y a la familia de Gonzalo Menéndez, cuyo prestigio y poderosos valimientos parecían ser incontrastables y decisivos. Las tierras septentrionales extremas y su dominante foco de Compostela, sintiendo el peso de su aislamiento, no tardarían en someterse, por convicción o por fuerza, resultando así fácil al ejército real la penetración hasta las aguas del Duero (...)” (RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1987: 95). Veja-se, também, MATTOSO, 1992: 538.

⁴⁴ Sobre a governação e as campanhas militares de Almançor consulte-se, entre outros, o estudo clássico de LÉVI-PROVENÇAL, 1982: 410-437, e o recente trabalho de SÉNAC, 2006. Relativamente às expedições conduzidas no actual território português veja-se AZEVEDO, 1939: 113-116, e AZEVEDO, 1974.

⁴⁵ Documento de 11 de Junho de 985, publicado em SÃO PAYO, 1930: 16-18.

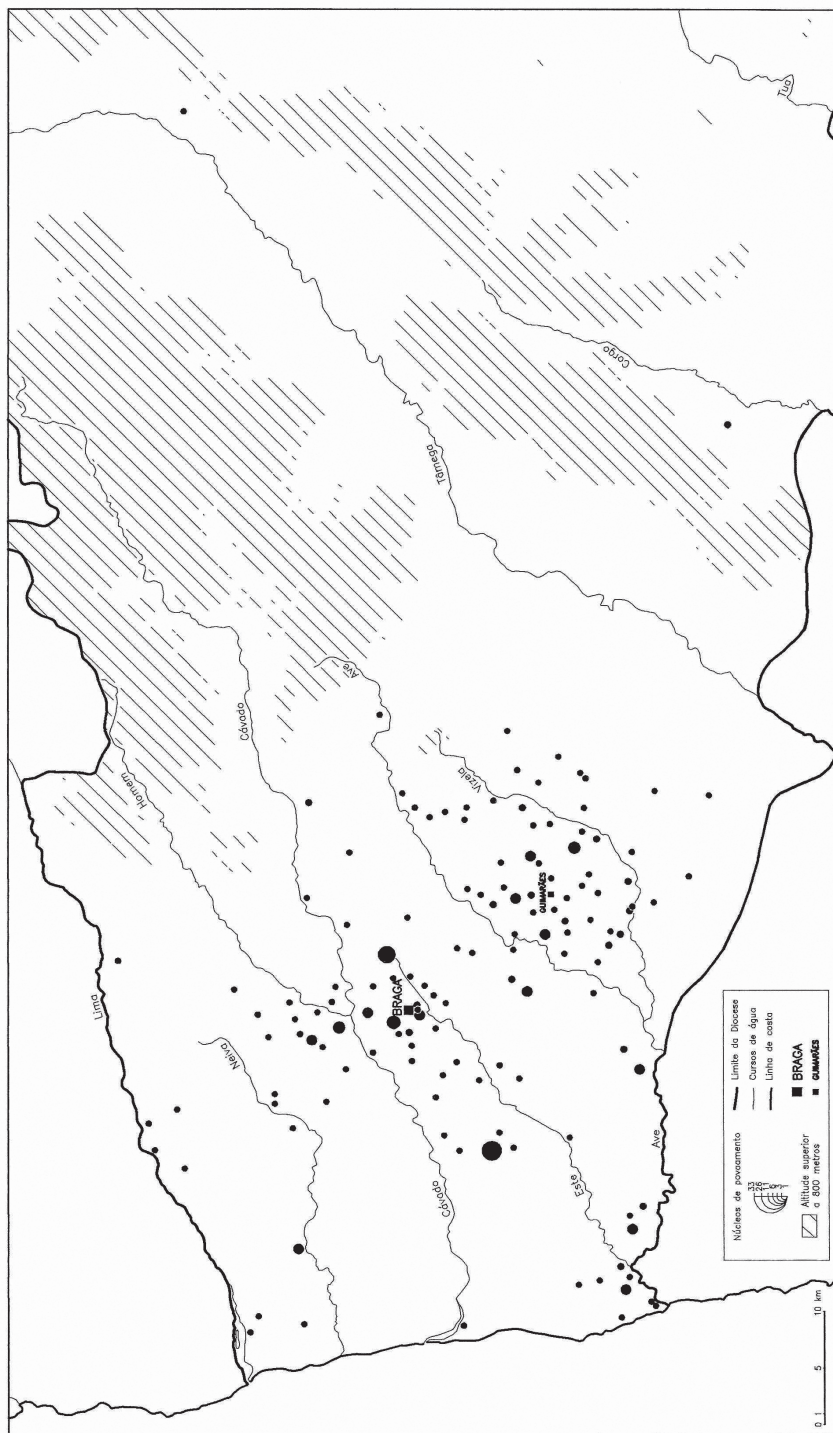
⁴⁶ “*Hec vero consumptum intervenit ad civitas Bracara que prius metropolitana noscuntur sicuti in libris antiquita[s] pa] tres sancti prencaverunt et fecit ibi concilium cum omne regni eius ut popularent ea et dedit pontificibus et previsores sapientissimos qui determinarent terminos eius sicuti terminaverunt (...). Hec est terminatio Bracare civitas quam perexquisierunt isti supra nominati per iussionem ipse imperator Adefonsus*” (LE, tomo I, doc. 16: 35).

⁴⁷ Sobre os problemas que envolveram a fundação do mosteiro de Guimarães, veja-se FERNANDES, 1973: 47-53, COSTA, 1981: 153-154, e RAMOS, 1991, vol. I: 48-56.

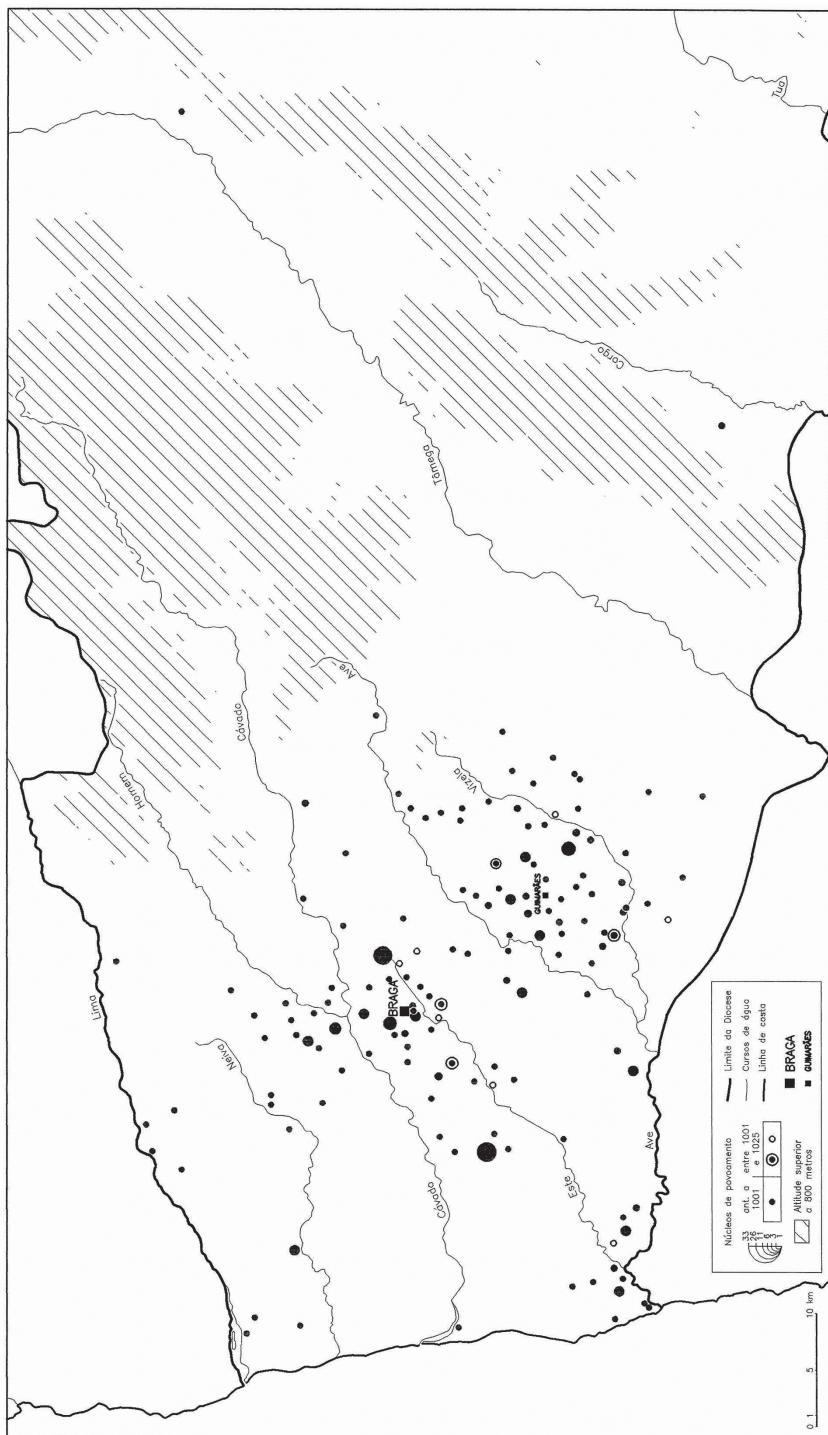
⁴⁸ Veja-se documento de 4 de Dezembro de 968, publicado em PMH, DC, doc. XCVII: 61.

⁴⁹ Apesar de limitado às instituições monásticas e centrado numa época posterior à que agora analisamos, o trabalho de José Mattoso sobre o florescimento do monaquismo na diocese portugalense fornece elementos muito importantes para a caracterização do povoamento nessa região (MATTOSO, 1968). Igualmente relevantes são os dados facultados pela recente investigação de MARQUES, 2008.

Mapa 1 — Núcleos de povoamento da Diocese de Braga
(sécs. IX e X)



Mapa 2 — Núcleos de povoamento da Diocese de Braga
(1001 — 1025)



O cenário traçado coloca-nos na presença de um povoamento eminentemente interior e disseminado, pautado pelos rios principais que contribuem também para desenhar os grandes vales da região. Se tivéssemos elaborado uma cartografia mais fina, de menor escala, pelo menos para as áreas mais povoadas, a realidade da dispersão seria ainda mais notória. Os núcleos habitacionais constituem perfeitos alvéolos incrustados nos inúmeros e pequenos vales minhotos, recortados por colinas facilmente transponíveis. Acessibilidade e fertilidade da terra transformaram-se, assim, em esteios maiores da fixação dos homens⁵⁰.

Porém, uma escala mais reduzida poderia fazer-nos perder a indispensável visão de conjunto e contribuir para abusivas generalizações. Com efeito, são bastante extensas as áreas sobre as quais pouco ou nada sabemos através das fontes documentais e que, por isso mesmo, provocam nos mapas contrastes que são, em determinados casos, excessivos. Não desconhecemos que os papéis de Braga como sede religiosa e de Guimarães como sede político-militar foram extremamente importantes, enquanto factores de aglutinação da rede de *villae* e lugares. Não é por acaso que as zonas das quais são as respectivas cabeças constituem, de facto, as mais povoadas. Contudo, exactamente porque eram centros de poder já com um apreciável grau de institucionalização, também devem ter contribuído para que se produzissem mais documentos escritos, sobretudo nas áreas onde detinham maior influência, ou seja, nas que lhes estavam mais próximas. Em consequência, não nos deveremos deixar convencer demasiado pela evidência dos mapas, apesar de não duvidarmos que, no essencial, eles transmitem uma ideia correcta da distribuição do povoamento.

Há contrastes, no entanto, que pela sua amplitude necessitam de maior esclarecimento. Sobre Trás-os-Montes as fontes revelam um silêncio quase total para este período. As razões prendem-se, fundamentalmente, com a rudeza da região, em geral montanhosa ou planáltica e pobre do ponto de vista agrícola, e também com o facto do poder asturiano não ter sido capaz, ou não se ter interessado devidamente pela efectiva ocupação do território. É certo que, à volta de 872, fixou-se em Chaves o conde Odoário, proveniente da zona de Ourense, com o mandato expresso de Afonso III para iniciar o repovoamento da região⁵¹. Porém, depois dessa data, e durante muito tempo, o vazio documental é absoluto. Em conclusão, ignoramos quase por completo o que se passava nas terras altas brigantinas e do planalto mirandês e, para além das informações sobre Chaves e arredores⁵², apenas dispomos de mais duas notícias sobre outros tantos lugares da actual freguesia de Sta. Marinha de Vila Marim, do concelho de Vila Real⁵³. De qualquer maneira, estes reduzidíssimos elementos não deixam de ser significativos, uma vez que respeitam a dois territórios, Chaves e Panoias, que, no futuro, se revelarão como muito importantes para a diocese bracarense.

Difícil de explicar é também o vazio populacional da quase totalidade do litoral, com a assinalável excepção da zona da foz do Ave. É sabido que, por esta altura, a costa e o mar estão longe de desempenharem as funções que mais tarde serão chamados a representar na História portuguesa. A população afastava-se do mar não apenas pelas dificuldades materiais levantadas pela navegação atlântica, mas também porque do oceano vinha o perigo das investidas da pirataria muçulmana e normanda⁵⁴. Quando, em 968, a condessa D^a. Mumadona Dias decidiu entregar o castelo de S. Mamede ao mosteiro de Guimarães, justificou a sua atitude afirmando que tal se devia às recentes incursões dos *infíeis*, que haviam assolado as proximidades do cenóbio: “(...) *persecutio gentilium irrui in huius nostre religionis (sic) suburbium et ante illorum metum laborauimus castellum quod uocitant sanctum mame (...)*”⁵⁵.

⁵⁰ Uma excelente síntese da geografia humana e física do Entre-Douro-e-Minho pode ver-se em RIBEIRO, 1986: especialmente 101-129, 145-149.

⁵¹ De acordo com o testemunho de uma escritura do tombo do mosteiro galego de S. Salvador de Celanova, datada de 1 de Outubro de 982, o conde Odoário, “*qui venit in civitatem Flaviae secus fluvium Tamice, vicos et castella erexit et civitates muniuit et villas populavit atque eas certis limitibus firmavit et terminis certis locavit et inter utrosque abitantes divisit et omnia ordinate atque firmate bene cuncta disposuit*” (TC, tomo I, doc. 265: 377).

⁵² As primeiras informações sobre Chaves surgem no âmbito da acção desenvolvida pelo conde Odoário, a partir de 872, e estão contidas num documento muito posterior do mosteiro galego de S. Salvador de Celanova, de 1 de Outubro de 982 (TC, tomo I, doc. 265: 377-385; ver nota anterior). Dispomos ainda de notícias acerca da vizinha povoação de *Faiões* (actual freguesia de Sto. Estêvão de Faiões) e do cenóbio (Sto. Estêvão de Faiões) que aí se fundou, muito provavelmente no último quartel do século X (respectivamente, escrituras de 24 de Junho de 995, em LF, tomo II, doc. 406: [145]; e de 30 de Agosto de 1025, em SOARES, 1941b: 153-159, publicada igualmente uma cópia com muitas deficiências no LF, tomo I, doc. 22: 44-51).

⁵³ Trata-se dos lugares de Quintela e Refontoura que, apesar de citados pela primeira vez em uma escritura de doação à Sé de Braga, de 6 de Junho de 1082 (LF, tomo I, doc. 111: 131), já deveriam estar povoados no século X. Com efeito, o documento assinala que parte dos bens doados, localizada num dos lugares referidos, havia pertencido a um avô do doador.

⁵⁴ Acerca das incursões normandas no actual território português, consulte-se AZEVEDO, 1939: 117-119, 165, e AZEVEDO, 1974.

⁵⁵ PMH, DC, doc. XCVII: 61.

Por sua vez, a *Chronica Gothorum* dá-nos conta de uma demorada expedição normanda que, depois de saquear o território situado entre o Douro e o Ave, atacou o castelo de Vermoim, cabeça da Terra do mesmo nome⁵⁶.

É credível que a progressão dos normandos até Vermoim se tenha feito a partir de Vila do Conde, que constituía o centro aglutinante do povoamento junto à desembocadura do Ave. A *villa de comite*, que nos surge referida pela primeira vez numa escritura de 26 de Março de 953⁵⁷, e cujo nome derivaria do facto de, segundo A. de Almeida Fernandes, ter sido uma fundação do próprio conde Afonso Betote⁵⁸, oferecia já nesta altura uma excelente situação, pois além de “*fundata in castro uocitato sancto ihoanne*”⁵⁹, era defendida a norte e a leste por um conjunto significativo de fortificações (Terroso, Argifonse e Bagunte)⁶⁰. Constituía seguramente um bom porto de abrigo e é quase certo que a sua produção salineira e de pescado apresentasse já nesta época valores significativos⁶¹. Local privilegiado de atravessamento do Ave, representava também um ponto muito importante na via de acesso a Portucale pela orla marítima⁶². Finalmente, acrescenta-se que a malha do povoamento desta zona tem uma idêntica correspondência na área portuense a sul do Ave, formando com ela um todo coerente⁶³.

Caminhando para norte, ao longo da costa, a ocupação humana é quase inexistente, e só dispomos de referências documentais acerca da *villa* de Fão⁶⁴, muito próxima da foz do Cávado, e, mais acima, sobre Darque e Mazarefes⁶⁵, junto ao curso terminal do Lima, e S. Romão de Neiva⁶⁶, em análoga posição relativamente ao Neiva. Essacos povoados que parecem privilegiar as (e beneficiar das) desembocaduras dos principais rios.

Concluindo. O período analisado, desde os finais do século IX até ao primeiro quartel do século XI, revela a mais antiga imagem da distribuição do povoamento ao longo do território bracarense, na primeira fase da *Reconquista*. A conjugação dos dados quantitativos e cartográficos, necessariamente parcelares, descobre-nos uma tendência de crescimento moderado mas efectivo, que se materializou tanto no fortalecimento da estrutura inicial, como no gradual alargamento do espaço *organizado*. Deste modo, os elementos que reunimos e estudámos constituíram-se em testemunhos privilegiados do alargado desenvolvimento que conheceram as terras a sul do Minho nesta época, contribuindo, em simultâneo, para uma definição mais rigorosa de todo o processo.

⁵⁶ “*Era MLIV. VIIIo. idus septembris veniunt Lormanes ad castellum Vermudii, quod est in prouincia Bracharensi. Comes tunc ibi erat Aluitus nuniz*” (PMH, Scrip.: 9). Para Rui Pinto de Azevedo, “a chegada dos invasores normandos a terras de entre Douro e Ave foi em Julho de 1015, mas como se demoraram aí nove meses, só em Abril de 1016 devem as suas naus ter levantado ferro do porto do Douro, onde naturalmente estiveram abrigadas”. Neste contexto, conclui-se “que o ataque a Vermoim se efectivou em Setembro de 1015” (AZEVEDO, 1974: 88).

⁵⁷ PMH, DC, doc. LXVII: 38-39.

⁵⁸ “(...) estou hoje convicto (...) de que Vila do Conde e várias localidades vizinhas foram presuradas cerca de 870 pelo conde Betote, sendo mesmo este o conde a que se refere o nome da actual vila” (FERNANDES, 1973: 26).

⁵⁹ PMH, DC, doc. LXVII: 39. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o velho castro de S. João estava situado “onde hoje se encontra o convento de Santa Clara”, na parte mais elevada da actual cidade de Vila do Conde (ALMEIDA, 1978: 34-35).

⁶⁰ Estes três antigos locais fortificados estavam situados, respectivamente, na freguesia de Sta. Maria de Terroso do concelho da Póvoa de Varzim; no monte da Cidade, no lugar de Gifonso da freguesia de S. Miguel de Arcos, do concelho de Vila do Conde; e na freguesia de Sta. Maria e S. Miguel de Bagunte, também do concelho de Vila do Conde.

Refira-se ainda que pelo lado sul a foz do Ave se encontrava igualmente protegida, graças a uma importante fortificação, o *castro de boue*, localizado no lugar de Vilarinho da freguesia de S. Salvador de Macieira da Maia, do concelho de Vila do Conde. De acordo com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, trata-se de “um dos castelos mais citados na nossa documentação medieval e cuja primeira referência conhecida é de 907 (Abril, 13; PMH, DC, doc. XIV: 9-10) (...). Em 974 (Maio, 12; PMH, DC, doc. CXII: 70-71) (...) é apelidado de castelo (“(...) *castellu de boue* (...)”) o que parece sintoma de uma construção relativamente cuidada. Ele assenta sobre um velho castro e está relacionado não só com a via romana *per loca maritima* e a foz do Ave como também com o convento de Vairão” (ALMEIDA, 1978: 34).

⁶¹ A primeira referência documental a Vila do Conde surge no já citado documento de 26 de Março de 953 (PMH, DC, doc. LXVII: 38-39). Trata-se de uma escritura de venda, através da qual D^a. Chãmoa Pais vendeu ao abade Gonta e aos religiosos do mosteiro de Guimarães, as *villae* do Conde e de Quintela. Em relação à primeira o diploma diz explicitamente: “*id est uilla de comite (...) ab inteco uobis concedimus cum suas salinas et cum suas piscarias (...)*” (PMH, DC, doc. LXVII: 39).

⁶² Consulte-se, a este propósito, ALMEIDA, 1968: 167-170, 180-181.

⁶³ Veja-se, sobre este assunto, a bibliografia referida na nota 49.

⁶⁴ Trata-se da actual freguesia de S. Paio de Fão, do concelho de Esposende, citada pela primeira vez em um documento de 20 de Junho de 959 (PMH, DC, doc. LXXVII: 48).

⁶⁵ Freguesias de S. Sebastião de Darque, referida primeiramente em um diploma de 13 de Novembro de 959 (LÓPEZ FERREIRO, 1899, *Apêndices*, n.º LXXIII: 169-172), e de S. Nicolau de Mazarefes, cuja citação inicial data de 11 de Junho de 985 (SÃO PAYO, 1930: 16-18), ambas do concelho de Viana do Castelo.

⁶⁶ Freguesia de S. Romão de Neiva, do concelho de Viana do Castelo. Apesar de referida pela primeira vez em um diploma de 6 de Abril de 1087 (PMH, DC, doc. DCLXXX: 406-407), tudo leva a crer que já deveria estar povoada no século X. Com efeito, segundo Avelino de Jesus da Costa, “atendendo a que o mosteiro (de S. Romão de Neiva) foi fundado (antes de 1022) *in villa que fuit de Fromarico Cendoniz (...)*», vila que passou depois para seus filhos e netos e destes para os doadores do terreno destinado à construção do mosteiro, temos de concluir que esta terra já estava povoada na primeira metade do séc. X ou ainda antes” (COSTA, 1997-2000, vol. I: 183).

Fontes e Bibliografia citadas

Fontes

- LF - *Liber Fidei Sanctae Bracarenis Ecclesiae*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, Braga, Junta Distrital de Braga, 3 tomos, 1965-1990.
- LP - *Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e M. Teresa Veloso (e Rocha Madahil), Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 3 vols., 1977-1979.
- PMH, DC - *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, 1867-1873.
- PMH, Scrip. - *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, 1856-1861.
- TC - *O Tombo de Celanova: Estudio Introductorio, Edición e Índices (ss. IX-XII)*, ed. de José Miguel Andrade Cernadas, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2 tomos, 1995.
- VMH - *Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*, ed. de João Gomes de Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde) e Alfredo Pimenta, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, partes I e II, 1929-1931.

Estudos

- ALARCÃO, Jorge, 1980 - "Os problemas da Origem e da Sobrevivência das *Villae* Romanas do Norte do País", in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p.171-179.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1966 - "O documento n.º 13 dos Diplomata et Chartae. Duas considerações", *Lucerna. Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, vol. V (*Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*), p.635-642.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1968 - *Vias Medievais. I. Entre Douro e Minho*, Porto, edição policopiada.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1970 - "Ainda o documento XIII dos «Diplomata et Chartae», *Revista da Faculdade de Letras. Série de História*, Porto, Universidade do Porto, vol. I, p.97-107.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1978 - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho — Desde as origens a 1220*, Porto, edição policopiada.
- AMARAL, Luís Carlos, 2007 - *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, Porto, edição policopiada.
- AMARAL, Luís Carlos, 2008 - "Poblamiento y organización eclesiástica del territorio bracarense (Finales del siglo IX-Primer cuarto del siglo XI)", in *La Pervivencia del Concepto. Nuevas reflexiones sobre la ordenación social del espacio en la Edad Media*, coord. de José Ángel Sesma Muñoz e Carlos Laliena Corbera, Saragoça, Universidad de Zaragoza, p.113-147.
- AMARAL, Luís Carlos, 2009 - "La población de la tierra bracarense durante el siglo X", in *Rudesindus. San Rosendo. Su tiempo y su legado*, dir. de Francisco Singul, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, p.176-188.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, 1994 - "Relaciones de propiedad y estructura económica del Reino de León: los marcos de producción agraria y el trabajo campesino (850-1230)", in *El Reino de León en la Alta Edad Media. VI*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», p.133-408.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de, 1939 - *História de Portugal*, pref. e rev. de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Lisboa, Edições «Bíblion», vol. II.
- AZEVEDO, Rui Pinto de, 1974 - "A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo XIV, p.73-93.
- BALIÑAS PÉREZ, Carlos, 1992 - *Do mito à realidade: A definición social e territorial de Galicia na Alta Idade Media (Séculos VIII e IX)*, Santiago de Compostela, Fundación Universitaria de Cultura.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000 - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, *Corpus Epigráfico Medieval Português*, tomo 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, Henrique da Gama, 1954 - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed. dir. por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, tomo XI.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1981 - "Povoamento e Colonização do Território Vimaranesense nos séculos IX a XI", in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, Guimarães, Comissão Organizadora do «Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada», vol. III, p.135-196.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1997-2000 - *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, 2.ª ed. refundida e ampliada, Braga, 2 vols., Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- DURAND, Robert, 1982 - "Communautés Villageoises et Seigneurie au Portugal (Xe-XIIIe s.)", in *Estudos de História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, vol. I, *Séculos X-XV. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, p.119-136.
- FERNANDES, A. de Almeida, 1973 - *Portugal no Período Vimaranesense (868-1128)*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, separata (*Revista de Guimarães*, vol. LXXXII, 1972).
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1969 - *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (siglos X a XIII). Introducción a la historia rural de Castilla altomedieval*, Salamanca, Universidad de Salamanca.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1985a - *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, coord. de..., Barcelona, Editorial Ariel.

- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1985b - "Del Cantábrico al Duero", in *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, coord. de José Ángel García de Cortázar, Barcelona, Editorial Ariel, p.43-83.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1988 - *La sociedad rural en la España Medieval*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1991 - "La repoblación del valle del Duero en el siglo IX: del yermo estratégico a la organización social del espacio", in *Actas del Coloquio de la V Asamblea General de la Sociedad Española de Estudios Medievales. La Reconquista y Repoblación de los Reinos Hispánicos. Estado de la Cuestión de los Últimos Cuarenta Años*, Saragoça, Diputación General de Aragón, p.15-39.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1994 - "Crecimiento económico y síntomas de transformación en las estructuras de la sociedad y del hábitat en el reino de Alfonso III de Asturias", in *La Época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós. Congreso de Historia Medieval. Oviedo (27 setiembre-2 octubre) 1993*, Oviedo, Universidad de Oviedo, p.27-53.
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, 1982 - *España Musulmana. Hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J.C.)*, tomo IV da *Historia de España*, fund. por Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Espasa-Calpe, 5.ª ed. (1.ª ed. espanhola, 1950).
- LÓPEZ ALSINA, Fernando, 1988 - *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, Ayuntamiento de Santiago de Compostela.
- LÓPEZ FERREIRO, Antonio, 1899 - *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela (Imp. y Enc. del Seminario Conciliar Central), tomo II.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; RODRÍGUEZ LOVELLE, Mónica, 1997 - "Un modelo de análisis del poblamiento rural en el Valle del Duero (siglos VIII-X), a partir de un espacio macro-regional: las Tierras Galaico-portuguesas", *Anuario de Estudios Medievales*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. 27/2, p.687-748.
- MARQUES, André Evangelista, 2008 - *O casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*, Noia, Editorial Toxosoutos.
- MATTOSO, José, 1968 - *Le Monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Lovaina, Publications Universitaires de Louvain.
- MATTOSO, José, 1981 - "As famílias condais portucalenses dos séculos X e XI", in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Editorial Estampa, p.101-157.
- MATTOSO, José, 1982 - *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães e C.ª Editores.
- MATTOSO, José, 1992 - "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", in *História de Portugal*, vol. I, *Antes de Portugal*, coord. de José Mattoso, [Lisboa], Círculo de Leitores, p.439-565.
- MOXÓ, Salvador de, 1979 - *Repoblación y sociedad en la España cristiana medieval*, Madrid, Ediciones Rialp.
- PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo, 1975 - "Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia durante los siglos IX al XII", in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, vol. II, *Historia Medieval*, p.95-113.
- PEÑA BOCOS, Esther, 1995 - *La Atribución Social del Espacio en la Castilla Altomedieval. Una nueva aproximación al feudalismo peninsular*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria.
- PIEL, Joseph-Maria, 1947 - "A propósito do nome do Bispo Nausto de Coimbra (867-912)", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo III, p.558-560.
- PORTELA, Ermelindo, 1994 - "Galicia en la época de Alfonso III", in *La Época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós. Congreso de Historia Medieval. Oviedo (27 setiembre-2 octubre) 1993*, Oviedo, Universidad de Oviedo, p.79-95.
- RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva, 1991 - *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, Porto, 2 vols., edição policopiada.
- RIBEIRO, Orlando, 1986 - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 4.ª ed..
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano, 1987 - *Sancho I y Ordoño IV, Reyes de León*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro».
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano, 1995 - "La Monarquía Leonesa. De García I a Vermudo III (910-1037)", in *El Reino de León en la Alta Edad Media. III. La Monarquía Astur-Leonesa. De Pelayo a Alfonso VI (718-1109)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», p.129-413.
- SAMPAIO, Alberto, 1979 - *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, *As Vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, Editorial Vega (1.ª ed. 1899-1903).
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, 1966 - *Despoblación y Repoblación del Valle del Duero*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires.
- SÃO PAYO, Conde de (D. António), 1930 - *Dois documentos inéditos anteriores à nacionalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional, separata (*O Archeologo Português*, vol. XXVII, 1929).
- SÉNAC, Philippe, 2006 - *Al-Mansûr. Le fléau de l'an mil*, Paris, Éditions Perrin.
- SOARES, Torquato de Sousa, 1941a - "A inscrição tumular do bispo Nausto de Coimbra (867-912)", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo I, p.144-148.
- SOARES, Torquato de Sousa, 1941b - "Um testemunho sobre a presúria do bispo Odoário de Lugo no território Bracarense", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo I, p.151-160.